

As interfaces da língua em uso: um tratamento funcionalista da entidade “oração”

The interfaces of language in use: a functionalist treatment of the entity “clause”

Maria Helena de Moura NEVES

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)
mhmneves@uol.com.br



Resumo: O objetivo do estudo é, com apoio na teoria funcionalista da linguagem, problematizar as interfaces da língua em uso, pondo centro especial na gramática que rege a língua e considerando todo o entorno da produção da linguagem. Em busca de paralelos com o próprio texto, parte-se da entidade “oração”, que é problematizada como organização da informação, como organização da interação linguística e como organização semântica. Entra em questão todo o processamento de configuração das cadeias linguísticas que se produzam, considerada a interface com o próprio fazer da linguagem, expandido na vivência em comunidade de língua. No exame fica evidente que, para o resultado semântico e para o efeito pragmático pretendidos, releva a existência de uma determinação pragmática sobre o arranjo sintático. A conclusão é que a consciência dessa integração que aciona a gramática, levando à produção linguística, é o que permite a separação analítica dos processos, garantindo análises teoricamente sustentadas.

Palavras-chave: oração; texto; determinação pragmática; arranjo sintático; resultado semântico.

Abstract: The aim of the study is, based on the functionalist theory of language, to problematize the interfaces of the language in use, placing special focus on the grammar that governs language and considering the entire environment of language production. In search of parallels with the text itself, the starting point is the entity “clause”, which is problematized as organization of information, as organization of linguistic interaction and as semantic organization. Comes into question the processing of the configuration of the linguistic chains which are produced, considered the

interface with the making of language, expanded in the living of the language community. In the examination it is evident that, for the semantic result and for the intended pragmatic effect, the existence of a pragmatic determination on the syntactic arrangement is relevant. The conclusion is that the awareness of this integration that triggers grammar, leading to linguistic production, is what allows the analytical separation of processes, guaranteeing theoretically sustained analyses.

Keywords: clause; text; pragmatic determination; syntactic arrangement; semantic result.

1 INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, este texto aqui incluído como homenagem à amiga e colega (nesta ordem!) Beatriz tem um significado especial: ele reproduz com bastante fidelidade uma fala que apresentei em mesa-redonda da qual participamos ambas, na UFMG, em 20 de agosto de 2021, dentro do denominado “Painel: Gramática da língua em uso”. Essa particularidade histórica constitui, para mim, um marco muito importante da grande parceria que nós duas temos estabelecido pela vida afora, com muito estudo implicado, mas especialmente com muito prazer envolvido.

Acresce que a natureza da minha fala, nesse evento, também é significativa, quanto ao próprio interesse investigativo que temos, podendo-se ver que nela eu recorri ao tema “linguagem”, que de certo modo tem sido a marca da trajetória de ambas por esses palcos em que mostramos nosso empenho em discutir com a comunidade, e especialmente com alunos, essa língua nossa de cada dia, que é nossa cachaça e nossa oração, ao mesmo tempo.

Falar das interfaces da língua em uso – com centro especial na gramática que rege a língua – é falar de todo o entorno da produção de linguagem na nossa língua natural, assim como é falar de todo o processamento de configuração das cadeias linguísticas que se produzem, interesses que são meus e são os de minha grande amiga homenageada. De um lado, há interface com a política linguística, envolvida, aí, a ação escolar de estudo da língua, e, de outro lado, há interface com o próprio fazer da linguagem, expandido na vivência em comunidade de língua. E no centro há a reflexão sobre a vivência, em si, da língua, que é por onde se chega à explicitação do seu sistema.

São questões que me têm ocupado em toda a minha trajetória, e até por isso este texto que segue (inclusive algumas das frases comentadas) constitui uma recolha de um todo de pregação que tem conduzido toda a série de produções (algumas já publicadas) que tenho desenvolvido¹. Partindo da noção seminal de que a predicação constitui um dos processos básicos (o central) da constituição da “enunciação enunciada” (NEVES, 2011; 2018, p. 35-74) e invocando princípios gerais da teoria funcionalista da linguagem, o que pretendi, neste texto, foi – funcionalmente – recolher reflexões que desloquem aquela tradicional noção de “oração”, como entidade puramente sintática, para outro(s) território(s) de consideração de sua natureza e funcionamento. Ou seja, a busca é por lançar o olhar para a

¹ Veja-se especialmente Neves (2015).

oração em sua função de peça nuclear da produção discursiva, centrada no processo de predicação.

Fica estabelecida uma contraface, e uma permeação, entre os componentes sintático, semântico e pragmático da gramática, de modo que, mediante recurso a propostas sistêmico-funcionais (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004), entre outras propostas funcionalistas, a oração possa ser vista como determinada textual-interativamente, e, portanto, como “autônoma”, apenas, do ponto de vista de fechamento sintagmático.

2 A ENTIDADE “ORAÇÃO”

Sabemos que a gramática gerativa assentou consistentemente, dentro de uma teoria forte, a natureza da oração como um indicador sintagmático autônomo, chegando a responder finamente por esse estatuto, sem pendências e com toda generalização necessária. Aqui a questão é outra, trata-se de postular a própria fonte da entidade **oração** em uma contraface que a faça poder ser vista como determinada textual-interativamente.

A própria direção das reflexões muda de sentido, tomando-se, na base das especulações, um viés de paradigmaticidade que permite ver de que modo se entrecruzam, em seu funcionamento, e a partir de escolhas, subsistemas linguísticos que, acoplados, respondem pelo todo do texto, ou seja, pelo todo organizado daquilo que se enuncia.

Como se vê, parto da gramática sistêmico-funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004) para multiplicar o olhar sobre a oração: sem deixar de ser um complexo sintático fechado em si, no entanto ela deixa de ser vista como autônoma, como desligada da organização semântica (de representação de ideias e de experiências), da organização informativa (de mensagem organizada no texto) e da organização interlocutiva (de troca interpessoal) do enunciado. Além do mais, numa tal visão, a oração é, de fato, tema de seleção efetiva para um tratamento funcionalista, que aciona integradamente os três componentes da gramática: como constructo sintático que é, ela se liga ao todo de sentido (a semântica) e ao todo de efeito (a pragmática). E a pragmática não é apenas interna à organização informativa, ela apreende externamente a própria motivação de fala.

3 TEXTO E ORAÇÃO: EM BUSCA DE PARALELOS

Numa boa orientação pragmática, que com certeza a opção pelo Funcionalismo linguístico permite, comecemos, pois, pela discussão da organização informativa, nesse contraponto – mas ao mesmo tempo nesse acerto – que faço entre texto e oração.

3.1 Estabelecendo ponto de partida na oração

Seguramente, a oração é uma organização rígida de unidades sintáticas, porque a sintaxe é rígida, o que não tem contraponto imaginável, no nível do texto. Entretanto, como já sobejamente assentado, pode-se reconhecer que a oração, com certeza, também se organiza com outros diferentes tipos de unidades; também se assenta em outros territórios; também obedece a outros móveis de acionamento. E, nesse complexo, tudo se resolve com grande espaço de manobra, e consequente perigo de desajustes.

3.1.1 A oração como organização da informação

Falo inicialmente da organização da oração como “mensagem” (HALLIDAY, 1994), ou seja, como peça pragmaticamente informativa. Tanto de um modo absolutamente leigo quanto já em uma diretriz teoricamente bem sustentada, é fácil ver que uma oração não simplesmente tem, por exemplo, um sujeito sintático. Ela sempre abriga, também, uma espécie de “sujeito psicológico”², que é o ponto de partida da mensagem (função textual), ou seja, é o tema em torno do qual há de girar aquilo que se informa – um predicado –, já não visto, então, como simples entidade sintática, mas entendido exatamente segundo o valor do termo: “aquilo que se diz / se informa de” algo. Exatamente, o tema.

O primeiro olhar que se lance à organização informativa da oração deixa ver que frequentemente o sujeito (entidade sintática) e o tema (entidade informativa) coincidem, a ponto de muitas análises desavisadas terem continuamente entendido um pelo outro, e exatamente por ser o sujeito o tema não marcado, portanto, o mais frequente. Em primeiro lugar, tem-se como certo que sujeito e tema ocupam uma casa votada a ser

² Na tradição e no senso comum, sujeito psicológico representa aquilo em que se fixa a mente numa manifestação. Já Halliday (1970) discrimina quatro tipos de “sujeitos”, o lógico, o gramatical, o psicológico1 e o psicológico2, cada um deles relacionado mais diretamente com uma das três funções da linguagem. O sujeito lógico e o gramatical se relacionam, respectivamente, com a função ideacional e com a interpessoal; o sujeito psicológico1, conceituado como “tema”, e o sujeito psicológico2, conceituado como “dado”, relacionam-se, ambos, com a função textual, com a diferença de que, no caso do último, a função é interna à unidade de informação.

preenchida por um sintagma nominal: tanto o preenchedor da casa sintagmática do sujeito quanto o preenchedor da casa pragmática do tema são entendidos como do tipo nominal. Entretanto, se isso é categórico para o sujeito, não é categórico para o tema, pois a visão da oração como mensagem já nos põe confortavelmente na posição de quem fala de coisas (mais) vagas, (mais) fluidas, exatamente naquele território em que é absolutamente natural a falta de exatidão, sendo naturais e admissíveis más interpretações, incompreensões, desajustes e até conflitos, embora, na contraparte, sejam de esperar tiradas geniais, vindas exatamente de desajustes pretendidos.

Num enunciado espontâneo, a margem para diferentes interpretações é ingrediente constitutivo do processo de produção de sentidos e efeitos, e o importante não é dirigir a atenção para os possíveis tropeços e perigos, mas é, exatamente, dirigir a atenção para tudo que se pode fazer criativamente com essa maleabilidade organizacional.

Por exemplo, são comuns orações normativamente “bem-comportadas”, com aquele verbo **haver** gramaticalmente catalogado como “impessoal”, do tipo destas³:

- (1) **Hoje houve** uma mudança de concepção. (FSP-J 1994)
- (2) **Aqui há** funcionários demais. (IG-Tr)
- (3) **Na cidade há** muitas outras oportunidades. (DT-Tr)
- (4) Padrinho, **hoje há** lua cheia. (ATR-R)

Entretanto, a par dessas, também são bastante frequentes orações como as que estão nas frases que vêm a seguir. Nelas, os temas *aqui, lá, hoje, amanhã, no Brasil* (não expressos, pois, por formas tidas como nominais), que abrem as orações, são possivelmente sentidos como “sujeitos”, e também são possivelmente responsáveis pelo uso do verbo *ter*, que, canonicamente, tem estrutura argumental com duas casas, uma delas a do sujeito:

- (5) **Aqui tem** cheiro de gente. (RB-P)
- (6) **Amanhã tem** espetáculo? (INQ-R)
- (7) **Na fazenda tem** piscina e atividades. (FSP-J 1996)

Ainda na organização informativa da oração – mas encaminhando-nos para porções mais internas dela, como o interior de um sintagma nominal –, é fácil continuar a ver de que modo a escolha do falante joga com um sem-número de expedientes de construção, por exemplo com variações

³ O corpus de análise deste texto foi retirado do banco de dados de mais de 220 milhões de ocorrências, disponível no Laboratório de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Araraquara (o chamado Corpus de Araraquara).

da ordem que levam a variação de efeitos (sempre dentro daquilo que está regrado na sintaxe da língua). Nessa variação, podem obter-se diferenças sutis, como nos dois pares de enunciados que se examinam a seguir:

Começemos com este par de frases, em que a anteposição do adjetivo ao substantivo conota a construção:

(8) Para a região, é um **bom salário**. (FSP-J 1998)

(9) Evidentemente, não era uma **boa ideia** ir para lá. (CDV-Tr)

Por outro lado, as duas possíveis frases que se oferecem a seguir (com posposição do adjetivo ao substantivo) apresentam menor subjetividade, configurando um uso mais descritivo e denotativo:

(8a) Para a região, é um **salário bom**.

(9a) Evidentemente, não era uma **ideia boa** ir para lá.

É possível, ainda, dentro desse universo restrito que é o do sintagma nominal, obterem-se efeitos que mais claramente se estendem à organização geral do texto, como se discutirá a seguir.

Teoricamente está determinado que, na linguagem, nenhuma alteração de forma envolve apenas um subsistema da língua, o que multiplica os efeitos de qualquer mudança que a organização da frase assuma. Assim, facilmente se verifica, no par de frases que vem a seguir, que a inversão da ordem, no interior dos sintagmas nominais marcados, não se restringe a nuances semânticas ou a simples diferenças no acento informativo:

(10) **Linda noite**, não? (TV-R)

(11) Fazia uma **noite linda**. (MRF-R)

Pelo contrário, essa inversão da ordem atinge camadas mais altas da organização discursiva (DIK, 1997), incorporando-se, por exemplo, às modalidades de frase (e, portanto, de atos de fala) e, assim, implicando diferenças no engajamento intersubjetivo (VERHAGEN, 2005).

Continuando pela questão das modalidades de frases, é possível ainda invocar a grande prevalência de valor que é trazida ao todo do texto, a cada momento, pelas diferenças entre simplesmente “declarar” algo (afirmando ou negando) e “solicitar” algo (em princípio, solicitar respostas verbais, para as sequências interrogativas, e respostas de ação, para as injuntivas). Basta pensar, por exemplo, nas interrogativas gerais, que são grandemente abertas à marcação entonacional de diferentes focos informativos, e consequentemente são abertas ao monitoramento do fluxo

de informação, de modo a compor direcionamentos discursivamente relevantes para o todo do enunciado.

Esta é a pergunta de um repórter ao ator Michael Douglas, registrada em um número da *Folha de S. Paulo* de 1998:

(12) Você já ouviu algo sobre o Brasil? (FSP-J 1998)

Como em toda pergunta sim / não, ou “pergunta geral” (NEVES, 2018) –, em que a solicitação é de que seja validada, ou não, a conveniência do predicado (*já ouviu algo sobre o Brasil*) ao sujeito (*você*) –, nessa pergunta poderá ter havido uma entoação uniformemente descendente, ou uniformemente ascendente, ou poderá ter havido alguma marca entonacional de foco para a solicitação de informação: ou foco apenas no sujeito (*você* ou x?), ou foco apenas no núcleo verbal (*ouviu* ou não?), ou foco apenas no complemento (*algo* ou x?), ou foco apenas no adjunto de tempo (*já* ou x?), ou foco apenas no adjunto de assunto (*sobre o Brasil* ou sobre x?); ou, ainda, poderá ter havido uma mescla (parcial ou total) desses componentes, este último caso levando a uma resposta sim/não despida de marcação especial em algum ponto determinado. No caso, reproduzida em (12a) a continuidade da solicitação do repórter (embora por escrito, e, portanto, despida de entoação), fica verificado que o foco foi praticamente global (pura e simplesmente para validação sim/não da relação entre sujeito e predicado):

(12a) Você já ouviu algo sobre o Brasil? Ou pensa que temos macacos nas ruas?
(FSP-J 1998)

Consideradas as possíveis especificidades de marcação, conclui-se que as sequências poderiam ter sido, entre muitas outras, as que vêm a seguir (o que representaria diferentes encaminhamentos da interação):

- (12b) Você já ouviu algo sobre o Brasil? Ou não lhe agrada isso?
- (12c) Você já ouviu algo sobre o Brasil? Ou não lhe disseram nada?
- (12d) Você já ouviu algo sobre o Brasil? Ou ainda não ouviu nada por aqui?
- (12e) Você já ouviu algo sobre o Brasil? Ou ainda não sabe nada daqui?
- (12f) Você já ouviu algo sobre o Brasil? Ou só lhe falam da Europa?

3.1.2 A oração como organização da interação linguística

As reflexões sobre as modalidades de frase poderiam continuar, para mostrar-se, cada vez mais evidentemente, o papel determinante que o modo de organização interna das orações exerce na condução interlocutiva

do texto, agora lidando mais especificamente com interrogações indiretas. Os dois grandes tipos de pergunta, a geral e a parcial, respectivamente, são ilustradas a seguir, mas sem que constituam frases de contorno interrogativo (a primeira é declarativa e a segunda é injuntiva, mas a primeira se refere à possibilidade de um “sim” ou de um “não”, enquanto a segunda pede apenas um sintagma nominal como resposta):

(13) - Não **me diga** que nos vai deixar. (JM-R)

(14) - **Me diga** o que é que há naquela casa hoje. (FAN-R)

Ninguém duvidará de que a própria instituição desse diferente contorno entonacional das perguntas (perguntas indiretas, em vez de perguntas diretas) esteja a serviço da condução argumentativa do texto. Para essa verificação, é oferecido a seguir o contexto de cada uma delas.

No primeiro caso – ver a frase (13) no contexto de (13a) –, percebe-se a importância do envolvimento interlocutivo, correspondente a uma coordenação cognitiva fortemente solicitada (VERHAGEN, 2005), por meio da injunção – embora branda – que o falante faz, ao demandar que o interlocutor informe que não irá afastar-se de seu convívio:

(13a)

- Sim, ao Xingu. Lá vivem abandonados, morrendo à míngua, nossos irmãos silvícolas. O serviço de Deus nos chama. **Irei contente e feliz.**
- Quando?
- Assim que me mandarem.
- **Não me diga** que nos vai deixar.
- Quando amamos, levamos conosco os seres amados (JM-R)

No segundo caso – ver a frase (14) no contexto de (14a) –, diferentemente, trata-se de um bate-papo de dois interlocutores sobre questões alheias, sem instalar-se entre eles alguma injunção, e ainda sem que haja algum compromisso pessoal deles no evento em questão. Verifica-se que o **me diga** não chega a constituir uma interrogação indireta, exatamente porque a interlocução não chega a envolver os parceiros em questionamentos. O que há, na narrativa, são declarações bastante gerais, trazendo à tona fatos que não envolvem os interlocutores, estão apenas na narrativa. Assim, o **me diga**, que aí está pode ser tido como descomprometido em relação a alguma demanda pessoal de informação:

(14a)

- Lá, por trás daquelas árvores, está a casa de Clara. Mas pra que tantas janelas abertas, iluminadas? E a música que vem de lá dentro?*
- **Me diga** o que é que há naquela casa hoje. (FAN-R)

Mas o certo é que, por variados caminhos discursivos, constroem-se injunções em frases declarativas, com elas operando-se engajamento recíproco dos parceiros. Seja exemplo o trecho (15), que traz dois casos em que se expressam obrigações relativas às personagens de uma narrativa:

(15)

Ouvindo tais palavras, David sobressaltou-se intimamente, mas apenas perguntou com voz pausada, sem nenhum acento particular:

– [Ele] Ainda está aí?

– Não - replicou Amanda. Mas deixou um recado: veio dizer que, tendo dona Frederica adoecido inesperadamente, **o senhor tem de ir, porque seu patrão não pode deixar a caixa**. Disse que se apresentasse na loja, mesmo não se sentindo bem. (OAG-R)

A predicação afirmativa de obrigatoriedade **o senhor tem de ir** e a predicação negativa de obrigatoriedade **seu patrão não pode deixar a caixa** são casos bastante representativos de força injuntiva em frases declarativas, porque elas trazem a modalização “deôntica” (relativa ao que “deve ser”). As duas predicações deonticamente modalizadas que aí estão são naturalmente criadoras de injunção, porque são modos marcados de pactuação de obrigações, necessidades e compromissos entre as personagens referenciadas no texto: no caso, David [positivamente] “tem de ir trabalhar” e o patrão de David [duas vezes negativamente, portanto afirmativamente] “**não pode não** tomar conta da caixa”.

Mas o que interessa é chamar a atenção para a multiplicidade de expedientes que a língua nos oferece, tanto para a obtenção de muito precisas indicações de força injuntiva quanto, pelo contrário, para obscurecimento dessa força. E nem sempre a precisão maior requer material expressivo mais marcado. Em princípio somos levados a considerar que a injunção mais clara e direta é a do “modo imperativo”, mas nem isso é absoluto.

Observemos o trecho (16), no qual o narrador (o “eu”) é um avô, que tem os netos invadindo continuamente a sua cama de manhãzinha / de madrugada, e que, além disso, recebe ordens deles:

(16)

*Não raro, o Tiago aparece no quarto, de madrugada, sobe na cama e ordena: “**Vô, chega um pouco pra lá.**” E, de manhã (madrugada, para o meu gosto), a Natália, a outra neta, exige: “Vô, agora você vai levantar e tomar café comigo.”. Durão, como meus avôs eram, respondo: “Não vou, não, vou dormir mais um pouco.” “**Vai, sim.**”, ela retruca, dedinho em riste. “Vou.”. (FSP-J 1998)*

Claramente se vê que foram três as ordens dadas ao avô narrador pelos netos:

- a) a primeira é uma ordem do neto Tiago, numa frase injuntiva (e com o vocativo “**vô**”) que vem expressa em uma única oração, com verbo no modo imperativo (**negritada**, no trecho transcrito): “**Vô, chega um pouco pra lá.**”;
- b) a segunda é uma ordem da neta Natália, numa frase formalmente declarativa (também com o vocativo “vô”), que vem expressa em uma única oração, com verbo no modo indicativo (sublinhada, no trecho transcrito): “Vô, agora você vai levantar e tomar café comigo.”;
- c) e a terceira é uma nova ordem da Natália, numa frase que tanto pode ser tida como declarativa quanto pode ser tida como injuntiva (e sem vocativo), já que tanto se pode entender que o verbo esteja no modo indicativo (na 3ª pessoa de um “você”: “Você vai, sim.”) como se pode entender que o verbo esteja no modo imperativo (na 2ª pessoa de um “tu”: “**Vai (tu), sim.**”). São, pois, duas possíveis leituras: “[**Você**] **Vai, sim.**” / “Vai [tu], sim.”. E exatamente essa é a ordem derradeira, no episódio da visita dos netos à cama do avô. E a grande eficiência da ordem assim formulada se confirma no categórico assentimento do avô: “*Vou.*”. Ou seja, o avô declaradamente obedece à ordem assim formulada.

Do mesmo modo, nas sequências de peça de teatro que se transcrevem adiante, em (17), pode-se perguntar quem é que nos pode garantir que aí realmente exista um modo imperativo (a caracterizar frase injuntiva, que dá ordem ou conselho), e não um modo indicativo (a caracterizar frase declarativa, que dá instrução, o que, aliás, também pode ter um efeito injuntivo):

- (17) [Maria Candonga] — **Não volta** já não. **Descansa** mais um pouquinho. **Não volta** já não. **Descansa** mais um pouquinho. (FO-D)

O que fica evidente, afinal, do ponto de vista do tratamento da gramática, é a necessidade de ir-se além do superficialmente formal na apreciação da funcionalidade das frases. Há de intervir, nas reflexões, o modo de instalação enunciativa (entoação e função) das orações que entram na organização frasal: é fundamental, por exemplo, o cruzamento entre as opções do modo verbal⁴ e a forma de expressão frasal (NEVES, 2019).

3.1.3 A oração como organização semântica

Dos contornos entonacionais ligados às funções das frases em interação (um componente fortemente pragmático), podemos passar a uma questão mais ligada à própria organização da transitividade (de forte componente semântico), para verificar, por exemplo, a grande determinação discursivo-textual que opera sobre a escolha entre orações de construção ativa e orações de construção passiva. Se a consideração do

⁴ Lembre-se a indicação hallidayiana de que o “modo”, assim como a “modalidade” se relacionam com a função interpessoal da linguagem (HALLIDAY, 1994).

caráter agentivo ou passivo de uma oração tem seu ponto de partida na estrutura temática interna à oração, entretanto as próprias determinações dessa estrutura têm um caráter muito mais relacionado ao andamento textual, ou seja, à hierarquização dos papéis temáticos na construção do “enredo” geral e no atendimento às necessidades da mensagem.

O trecho narrativo que vem a seguir se move pela indicação de ações que têm expressão especialmente a partir da invocação contínua da personagem central nos eventos, uma “raposa”.

(18)

A raposa.

*Naquela madrugada, uma raposa **havia descido** até o centro da cidade.*

***Viera** das matas que, mesmo à noite, **guardavam** nos ramos secos o calor do verão e, depois de **atravessar** arbustos aleijados, **se afastara** dos troncos e galhos que, às vezes, **crepitavam** surdamente no escuro.*

*Perto do tabuleiro onde os norte-americanos **tinham**, no início da guerra, **construído** o aeroporto, ela **estacou**, e seus olhos refratários aos sonhos e à desolação **se fixaram**, por um instante, nas luzes vermelhas do campo de pouso. Após um momento de espreita, **escolheu** a estrada mais larga e **veio descendo** contra a cidade. (NCO-R)*

Verifica-se que essa escolha – como não podia deixar de ser – está a serviço da organização discursiva: o texto já se inicia com a narrativa histórica de “ações” pretéritas de uma raposa (o “primeiro plano” narrativo da protagonista), que **havia descido** até o centro da cidade. E a narrativa ainda discrimina “ações” pregressas do animal: “**Viera** das matas” e, subsequentemente, “depois ... **se afastara** dos troncos e galhos”. Estabelece-se, então, em um passado mais recente, o “primeiro plano” da narrativa, em pretérito perfeito, com ações pontuais da raposa: “**ela estacou**” e “depois de **atravessar** arbustos aleijados” “seus olhos **se fixaram** nas luzes vermelhas do campo de pouso”. Continua a subsequência histórica das ações de primeiro plano, a primeira ainda pontual (“ela **escolheu** a estrada mais larga”) e a seguinte, durativa, mas também em pretérito perfeito, que se liga a um gerúndio (“**veio descendo** contra a cidade”). Entre os demais elementos envolvidos na trama, apenas “os norte-americanos” entram como “agentes”, envolvidos que estiveram em uma ação anterior ao tempo da narrativa (no plano de fundo): em pretérito mais-que-perfeito, eles “**tinham** **construído** o aeroporto”. Entram, ainda, no “plano de fundo” da narrativa “as matas” e “os troncos e galhos” que, obviamente, não praticam ações: as matas se envolvem em um “estado” (o de “guardar [em si] o calor”) e os troncos e galhos se envolvem em um “processo” (o de “crepitar”).⁵

⁵ Adota-se, aqui, a noção de “tipos semânticos de verbos” proposta em Chafe (1979).

A noção de “ação” (ou não), nas narrativas liga-se a outra importante noção ligada à organização semântica das predicações, que é a de vozes verbais. Em todo esse texto que tem a “raposa” já no título, ela geralmente é referida por suas ações, ou seja, ela é o agente. Raramente se encontra construção na voz passiva, e o pouco que há (com (19) como exemplo) tem essa passividade ligada a alguma outra entidade, não à própria raposa:

- (19) A raposa deteve-se junto a uma barcaça, possivelmente farejou o casco que, dias antes, **tinha sido pintado** de novo, e cheirava a alcatrão. (NCO-R)

Realmente avaliar a diferença entre orações ativas e orações passivas, em linguagem, não se restringe a verificar como está a forma verbal em uma e em outra predicação: seguramente se há de ver, já de princípio, que a direção escolhida para a expressão da transitividade será, com certeza, aquela que, pela natureza da especificação, põe-se melhor a serviço da direção acional na qual o produtor dirige seu texto. Assim construções passivas têm seu contexto decisivamente preso a situações discursivas particulares em que aquele elemento nominal está votado a entrar como “tema” revestido de passividade (em geral, “tema dado”). Com certeza para os brasileiros são bastante familiares frases deste tipo:

- (20) **O Brasil foi descoberto** em 1500. (HIB-T)

Obviamente não se está dizendo que seria estranha uma oração com predicação ativa como **Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil**, entretanto ela não caberia, por exemplo, como primeira frase de nossas lições de História do Brasil que tenham como título “Descobrimento do Brasil”, e na qual se deva “informar”, como lições específicas, “**quem** foi o “descobridor” e/ou qual a data do descobrimento. Então essa informação em construção ativa não iniciará a primeira frase da lição, dentro do princípio geral de que a situação exige que a frase se organize a partir do tema já posto (informação “dada”), portanto. Por outro lado, ela está muito bem, neste trecho de jornal:

- (21) **Cabral descobriu o Brasil**, Brown descobriu o timbau e Marisa descobriu a canção de Brown. (FSP-J 1998).

Por outro lado, inverte-se totalmente o rumo do fluxo informativo se o contexto for o que está no trecho a seguir (de abertura de matéria de jornal), no qual “**Pedro Álvares Cabral**”, que é o sujeito (e é o tema) da oração nuclear da notícia, vem resgatado a partir do sujeito (e também

tema: *Caravelas de Cabral*) da oração nuclear da porção anterior do texto (exatamente a que já estabelece o título, e, portanto, o tema, da matéria):

- (22) Caravelas de Cabral chegaram atrasadas - Federico Mengozzi, especial para a Folha. Quando **Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, o país já fora descoberto**. (FSP-J 1997)

Verifica-se, pois, que, na montagem discursivo-textual, bastante determinante para a expressão da diátese (interna às orações), é a própria necessidade de que venha registrado o Agente (“agente da passiva”), dentro do andamento discursivo. Vejamos estas duas frases, ambas do mesmo jornal e ambas com a mesma forma verbal passiva, uma delas com registro do Agente, outra sem esse registro:

- (23)
 Afinal, o colégio **foi invadido** e continua cercado, um atrevimento (BOI-R)
 No entanto, o país **foi invadido** pelos hicsos. (HG-T)

Excluída da discussão a conveniência da escolha de uma oração passiva, e não de uma oração ativa (que seria aquela que ensinaria automaticamente a indicação do Agente), há, com certeza, determinadas motivações que partem do texto como um todo para que venha expresso, ou não, o Agente, em construções apassivadas.

A primeira indicação vai no sentido de que parece óbvia e natural – até automática – a tendência para uma dispensa da expressão do Agente nos casos de construções passivas, mas o que menos existe, em linguagem, são possibilidades únicas de modos de expressão. A segunda indicação refere-se, pois, ao fato de que não haverá algum regramento que responda pela determinação de não se indicar o Agente nessas orações, a não ser a própria organização textual, já que é ela que dá as possibilidades de resgate – ou não – de tal informação, se ela for necessária.

Como já foi observado, é evidente que a situação mais esperada, em orações de voz passiva é que não esteja expresso o elemento Agente, justamente porque se dispensou a própria expressão de agentividade. E é até natural entender-se que a opção por uma voz passiva, no geral dos casos, representa, exatamente, uma opção pela dispensa de informação sobre o Agente. Se, por outro lado, interpretarmos essa situação no âmbito da oração como organização informacional, veremos que a construção ativa e a construção passiva representam duas opções já bem diferentes na sua motivação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses dois últimos casos comentados são apenas alguns daqueles em que fica bastante evidente a existência:

- a) de uma determinação pragmática sobre o arranjo sintático;
- b) para um resultado semântico pretendido;
- c) e, ao mesmo tempo, para um efeito pragmático pretendido.

No ponto de partida – em a) – a determinação pragmática é vista pelo fluxo informativo, ou seja, é ligada prioritariamente ao enunciado; e, no ponto de chegada – em c) –, o efeito pragmático é visto pela condução interativa, ou seja, é ligado basicamente à enunciação. Em tudo, afinal, evidencia-se o componente pragmático integrando-se à gramática, desde a construção do enunciado até o seu efeito (na chegada), mas já desde o ato de partida da produção linguística.

Outras indicações sobre a montagem das predicações nas frases – e nos discursos – que desfilaram por estas reflexões ilustram a saciedade a integração dos componentes sintático, semântico e pragmático na ativação da gramática da língua, e permitem ver a possibilidade de análise da própria componencialidade que se admite. Olhar para o componente pragmático que está já no acionamento da gramática da língua é o que, mais especialmente, conduz ao exame da predicação como um processo que não se reduz à sintaxe, embora seja ela o componente que cria as expressões linguísticas, e as cria com uma especificidade que, por sua vez, permite rigorosas e especiosas análises puramente sintáticas.

Nessa integração dos componentes fala-se confortavelmente, por exemplo:

- a) de organização sintática em relação à organização temática da oração;
- b) de modalização oracional em relação às modalidades (enunciativas) das frases;
- c) de organização oracional em relação às funções interlocutivas frasais;
- d) de acionamento da estrutura argumental da oração em relação às necessidades textual-discursivas.

E, enfim, a consciência dessa integração que aciona a gramática, levando à produção linguística, é o que permite a separação analítica dos processos, garantindo análises teoricamente sustentadas.

REFERÊNCIAS

- CHAFE, Wallace. **Significado e estrutura linguística**. Tradução portuguesa de M. H. M. Neves, O. G. L. A. S. Campos; S. V. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1979.
- DIK, Simon Cornelis. **The theory of Functional Grammar** 2 ed. by K. HENGVELD. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London/New York: Arnold, 1994.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Language structure and language function. In: LYONS, John (ed.). **New horizons in Linguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATHIESSEN, Christian. **An introduction to Functional Grammar**. London: Hodder Arnold, 2004.
- NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2018. v. 01. 1396p.
- NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo**. Conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola, 2015.
- NEVES, M. H. M. **Ensino de língua e vivência de linguagem**. Temas em confronto. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- VERHAGEN, André. **Constructions of intersubjectivity**: discourse, syntax and cognition. New York: Oxford University Press. 2005.
- ANEXO A - OBRAS DE LÍNGUA ESCRITA EXAMINADAS (REFERIDAS PELA SIGLA SEGUNDO A QUAL ELAS SE IDENTIFICAM NO CÓRPUS DE ARARAQUARA (FCL-UNESP), BANCO DE DADOS QUE SERVIU DE FONTE NA PESQUISA**
- ATR-R - *A transamazônica*. MOTT, O.B. São Paulo: Atual, 1986.
- BCD-TR – *Um bonde chamado desejo*. WILLIAMS, Tennessee. Trad. de B. Pedreira. Abril S. A. Cultural e Industrial.
- BOI-R – *Boca do inferno*. MIRANDA, A. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- CDV-Tr – *Código da Vinci*. BROWN, D. Trad. de C. C. Falck-Cook. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- CRD-P – *História da Paraíba em verso*. Severino Sertanejo. Córpus de poesia, cordel e músicas - Letra S.

DT-TR – *O deserto dos tártaros*. BUZZATI, D. Trad. de A. F. Bernardini e H. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1945

FAN-R – *Fantoches*. VERÍSSIMO, E. Porto Alegre: Globo, 1956.

FO-D – *Forró no engenho da Cananeia*. CALLADO, A. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FSP-J – *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1994 a 1998.

HG-T *História geral* I e II. MARONI, G. T. São Paulo. Anglo /9/libro texto nº 8 e 9.

HIB-T – *História do Brasil*. BORIS, F. São Paulo: Edusp, 1994.

IG-TR – *O inspetor geral*. GÓGOL, N. Trad. De A. Boal e G. Guarnieri. ABRIL S. A Cultural e Industrial, São Paulo, 1. Ed., 1976.

INQ-R – *Inquérito em preto e branco*, MAY, N. L. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

JM-R – *A janela e o morro*. LIMA, G. F. J. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.

MRF-R – *Marafa*. REBELO, M. Rio de Janeiro: Edições de ouro, 1966.

NCO-R – *Ninho de cobras*. IVO, L. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

OAG-R – *O agressor*. FUSCO, R. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

OES-R – *O espelho partido*. MARQUES, R. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

RB-P – *Cobra Norato*. BOPP, Raul. *Cobra Norato e outros poemas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 12. ed., 1978.

TV-R – *O tempo e o vento*. O continente. Tomo II. VERÍSSIMO, E. Rio de Janeiro: Globo, 1956.

NEVES, MARIA HELENA DE MOURA. AS
INTERFACES DA LINGUA EM USO: UM
TRATAMENTO FUNCIONALISTA DA
ENTIDADE ORAÇÃO. *ENTREPALAVRAS*.
FORTALEZA, V. 13, N. 1, P. 0117, JAN-
ABR./2023. DOI:10.22168/2237-6321-
12592